

Das Guerras Culturais à Eleição de Donald Trump: A relação entre o “politicamente correto” e as lutas por reconhecimento¹

Luiza Ribeiro de LIMA²

Heitor Costa Lima da ROCHA³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO: O “politicamente correto” é uma expressão polissêmica que se popularizou na década de 1990, nos Estados Unidos, dentro do contexto das chamadas guerras culturais entre conservadores e liberais. A expressão se enquadra no conceito de “fórmula” na análise do discurso, com seu caráter de referente social e polêmica, e define um conjunto de práticas que visam combater atitudes discriminatórias contra grupos minoritários. O presente trabalho busca compreender o “politicamente correto” enquanto movimento ligado às demandas por reconhecimento, assim como expressão cujo uso faz com que os sujeitos se posicionem acerca dessas demandas, a partir de matérias publicadas em portais de notícias *online* ao longo da candidatura e eleição de Donald Trump para presidente dos EUA.

PALAVRAS-CHAVE: politicamente correto; análise do discurso; comunicação; reconhecimento; Donald Trump.

A expressão “politicamente correto” é uma tradução do inglês *political correctness*, que equivale literalmente à “correção política”, cujo uso se popularizou no final do século XX, nos Estados Unidos, dentro do contexto das chamadas *culture wars*, ou guerras culturais: a disputa entre liberais e conservadores pelo rumo que os valores culturais deveriam seguir após as mudanças provocadas pelos movimentos da contracultura. Em meio aos debates sobre o que deveria ser ensinado na academia, a popularização do “politicamente correto” se deu principalmente através dos meios de comunicação (KANEYASU, 2014), com destaque para o jornal *The New York Times*, que em outubro de 1990 publicou uma série de artigos utilizando o termo, entre eles “*The Rising Hegemony of the Politically Correct*”⁴. Nele, o articulista supõe que predominava nas universidades americanas a convicção de que adotar certos posicionamentos políticos definiria uma atitude “correta” em relação aos problemas do mundo. A nomeação do “politicamente correto” foi, assim, uma iniciativa dos setores

¹ Trabalho apresentado no IJ 8 – Estudos Interdisciplinares do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPE, email: luiza786@msn.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UFPE, email: helrocha@gmail.com.

⁴ BERNSTEIN, R. **IDEAS & TRENDS; The Rising Hegemony of the Politically Correct**, Nova York, 28 out. 1990. *The New York Times*, Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1990/10/28/weekinreview/ideas-trends-the-rising-hegemony-of-the-politically-correct.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

conservadores para ampliar negativamente a visibilidade de uma suposta tendência vista nas universidades, mas que foi ganhando repercussão e adquiriu novos significados no debate político. Desde então, o “politicamente correto” vem sendo usado nos mais diversos contextos.

Por mais que não se trate de um conceito rígido, principalmente quando se analisa a sua circulação na mídia, há um relativo consenso sobre o seu significado enquanto conjunto de práticas: para Nara Lya Simões Cabral (2013) o “politicamente correto” é uma tendência aplicada a vários campos, estabelecendo formas de expressão ou condutas com o propósito de combater atitudes discriminatórias, sobretudo no que diz respeito a minorias; de forma semelhante, mas menos abrangente, Amadeu de Oliveira Weinmann (2014) conclui, após um levantamento bibliográfico, que o “politicamente correto” constitui um conjunto de intervenções políticas contra as manifestações linguísticas que promovem a discriminação de grupos minoritários.

Em relação à expressão em si, pode-se observar que o “politicamente correto” consiste em um adjetivo cujo uso no português brasileiro se assemelha mais ao uso do substantivo em inglês, *political correctness*, do que ao do seu adjetivo correspondente, *politically correct*, no mesmo idioma. E mesmo possuindo um valor adjetivo, a expressão traduzida e mais comumente usada no português brasileiro serve para designar um fenômeno político ou linguístico, assim como o substantivo em inglês: quando alguém se refere ao “politicamente correto”, por exemplo, subentende-se o “discurso politicamente correto”, ou o “movimento politicamente correto”, mas quando a mesma expressão é usada para caracterizar algo ou alguém, o fato de ela ser um adjetivo colabora para a confusão acerca da sua definição. Além disso, a expressão consiste em um sintagma, ou seja, uma unidade sintática formada por duas palavras (“politicamente” e “correto”) que desempenham a mesma função, e por isso o seu uso dá margem a diversas interpretações, que variam de acordo com o contexto e de acordo com o leitor, caso seja atribuída maior ênfase a alguma das palavras.

Ainda hoje o “politicamente correto” é objeto de controvérsia, o que pode ser observado a partir de acontecimentos políticos, como a candidatura e eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos, quando foram publicadas diversas matérias relacionando a prática do *p.c.* à popularidade do político. O presente trabalho visa abordar algumas dessas análises veiculadas em portais de notícias, compreendendo que apesar de o significado da expressão “politicamente correto” ser instável, o seu sentido

mais usual ainda corresponde com o que a popularizou nos anos 1990, e compreender sua ligação com as demandas identitárias, que partem de minorias sociais em busca de reconhecimento.

Quanto à instabilidade de sentido da expressão, pode-se considerar que ela se enquadra no conceito de “fórmula” na análise do discurso, definida por Alice Krieg-Planque (2010) como um signo social que evoca alguma coisa para todos em um dado momento e é conhecido na medida em que designa alguma coisa. Por se tratar de um denominador comum que provoca polêmica, uma vez que seu significante é reconhecido em um território partilhado, suas significações são múltiplas e por vezes contraditórias. A partir dessa definição, o “politicamente correto” será interpretado como uma sequência discursiva com caráter de referente social, de modo que os indivíduos são obrigados a se situar em relação a ela e fazê-la circular de uma maneira ou de outra, lutando para impor a sua própria interpretação. Ainda de acordo com Alice Krieg-Planque, a fórmula “se assenta numa materialidade linguística relativamente estável, ela tem um caráter discursivo e constitui um referente social. Ela também é polêmica: eis a quarta de suas propriedades constitutivas” (KRIEG-PLANQUE, 2010. pg. 99).

Para a autora, outro definidor do conceito é o fato de as mídias atuarem como os principais agentes de circulação da sequência discursiva. O sintagma politicamente correto obedece às quatro condições (materialidade linguística, caráter discursivo, referente social e polêmica) e tem a mídia como principal difusora no espaço público, podendo, deste modo, ser considerado uma fórmula. No caso do Brasil, o assunto começou a ser abordado nos anos 90, quando o termo foi traduzido do inglês e passou a ser debatido por um público ainda muito restrito, aparecendo pela primeira vez na imprensa através de um artigo de Renato Janine Ribeiro, publicado na Folha de S. Paulo em 1992. Foi apenas em 2005, com o advento da cartilha “Politicamente Correto e Direitos Humanos” e a polêmica levantada por ela, que o referente ganhou notoriedade por conta da sua publicização, tornando-se objeto de debate público. Pode-se dizer que ele ainda passa por uma fase polêmica se considerarmos que seu uso continua frequente e verificável nos mais diversos tipos de discurso, e não mais limitado ao público acadêmico.⁵

⁵ LIMA, Luiza Ribeiro de. “**Politicamente Correto**”: Uma Análise da Abordagem Midiática do Termo. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 17., 2015, UnP – Natal – RN. *Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*. Disponível em:

A definição do “politicamente correto” como uma atitude que, apesar das críticas, é defendida até hoje por grupos minoritários, serve para refletir sobre a relevância atribuída ao *p.c.* enquanto movimento que questiona os valores impostos pela herança cultural, ao mesmo tempo em que seu uso implica na adoção de um posicionamento sobre determinadas demandas políticas. No entanto, quando colocado em prática, ele esbarra na questão de que o sentido das palavras não é imanente a elas, mas varia de acordo com o contexto. Em uma análise do “politicamente correto” na década de 1990, o linguista Luis Carlos Borges já levantava essa questão, argumentando que “as palavras, isoladamente, não são o(s) sentido(s) de que estão possuídas. É mediante um processo histórico que as palavras são investidas de sentidos. Isto quer dizer que os sentidos são constituídos pela materialidade histórico-social.” (BORGES, 1996, p. 111). O autor ainda criticava outras duas características do “politicamente correto”: o esquecimento das causas radicais das relações sociais e a arbitrariedade na utilização dogmática da fórmula “x não é politicamente correto”.

Porém muitos defensores da prática enxergam nela um importante instrumento para promover mudanças, considerando o caráter construtivo da linguagem sobre a realidade social e da realidade social sobre a linguagem. Como exemplo, é comum encontrar nas redes sociais, principalmente no perfil de pessoas cujas publicações demonstram engajamento em causas reconhecidas como “de esquerda”, discussões sobre palavras que devem ser evitadas:

A: "Golpe travestido de impeachment". Expressões como essa, o que dizem? Dizem que travesti é um homem que, para enganar pessoas, se veste de mulher, dando a entender, inclusive, que é forçoso não permitir esse engano, que é necessário privar essa travesti do artifício que ela usaria para enganar. Ainda verei o dia em que expressões como essa estarão no bloco das proibidas, como as tantas racistas, capacitistas, LGBTfóbicas, misóginas que já estão sendo atacadas. Ainda chegará o dia em que esse tipo de expressão não será mais tolerado, em especial na esquerda, em especial nas falas de quem quer de fato construir uma sociedade livre de opressões.

B: Igualmente quero ver o dia em que deixarão de usar o verbo prostituir como pejorativo... Até em texto de esquerda e esclarecidos encontro coisas como fulano prostitui a política!

A: Percepção preciosa...

C: Eu vejo a palavra "travestir" em texto medieval, ou seja, o termo travesti deriva do travestir, e não o contrário, portanto insistir em dizer que esse termo é inapropriado é no mínimo equivocado. É como dizer que "esclarecimento" que vem do iluminismo, é um termo racista. Não

tem base que sustenta essa afirmação. Precisamos entender o que as palavras dizem e quando surgem para daí sim bani-las ou não, porque se não fizermos fica uma coisa muito inconsistente e uma problematização por problematização, sem muito interesse de construir algo.

A: Sua compreensão do fenômeno linguagem me parece simplificar demais os processos de produção de sentido. Sim, a palavra “travestir” tem origem longínqua, remontando a tempos onde a transfobia era, aliás, tão mais absurda que sequer podia ser pensada a sério. No entanto, a origem da palavra não lacra os sentidos que essa vai desenvolvendo com o tempo e, se o uso de “travestir-se” como “vestir-se para enganar” não te ofende, talvez isso signifique que sua identidade não é deslegitimada a todo tempo, que pessoas não se sentem no direito de te violentar por te lerem como alguém que se veste visando o engano. Os nossos usos linguísticos estão atravessados por práticas discriminatórias e é importante aprendermos a ter uma outra visão sobre esses usos. Transfobia é das coisas mais onipresentes que essa cultura produz, aí a gente aponta o quanto a ideia que esse termo veicula violenta pessoas trans, o quanto essa palavra é reflexo da forma como entendem nossa existência, aí surge o imperativo ético de pensarmos o que fazer com isso. *Omicis*³ branco, como você mesmo é o exemplo, parece achar que esse debate é improdutivo, assim como o do termo “esclarecimento” (sem sequer notar como os termos vão se atualizando à medida que os tempos mudam, sem se lembrar aliás que racismo e escravidão estavam firme e forte na época do iluminismo, aliás), talvez porque nenhuma dessas opressões ele sinta na pele, talvez porque do alto da genialidade dele ele saiba exatamente o caminho a se tomar pra acabar, na urgência necessária, com as opressões que ele não sofre.

Esse exemplo, encontrado no Facebook da ativista Amara Moira, também demonstra como a questão do politicamente correto pressupõe um ideal progressista e construtivista (“em especial na esquerda, em especial nas falas de quem quer de fato construir uma sociedade livre de opressões”), e sugere um “imperativo ético” que depende do conhecimento de noções como opressão (“racistas, capacitistas, LGBTfóbicas, misóginas”) e identidade, incluindo a daqueles considerados opressores (“*Omicis* branco, como você mesmo é o exemplo”). Apesar de o comentário feito pela pessoa C levantar o problema da arbitrariedade do politicamente correto, uma vez que ela não se convenceu das razões para banir a palavra “travestido”, na resposta ao seu questionamento foi argumentado que, devido a sua identidade ser reconhecida socialmente, e não deslegitimada, C não teria a mesma sensibilidade para compreender a importância do debate sobre o uso da palavra.

Tais noções de identidade, opressão e reconhecimento estão relacionadas ao conceito sociológico de “minorias”, que designa a parcela da sociedade que se considera ou é considerada distinta do grupo dominante, o que a impede de participar igualmente

³A expressão “omicis” equivale a “homem cisgênero”, ou seja, homem designado homem ao nascer e que continua se identificando com as características do gênero masculino.

da vida social. Nem sempre é uma minoria estatística, uma vez que grupos como negros, pobres e mulheres são considerados minorias na sociedade brasileira e podem constituir, numericamente, maioria. No entanto, tais grupos minoritários veem a possibilidade de legitimar seus discursos e suas identidades por meio de lutas simbólicas, nas quais os meios de comunicação desempenham um importante papel, uma vez que a mídia constitui um dos campos de produção simbólica.

Uma explicação para o funcionamento das lutas simbólicas pode ser encontrada no livro “O poder simbólico”, em que o sociólogo Pierre Bourdieu (2012) argumenta que a identidade só pode ser percebida e existir pelo reconhecimento dos outros, e nas lutas pela identidade a manifestação tem um lugar determinante, assim como os manifestos têm importância fundamental em certos movimentos artísticos. Nesses movimentos, as palavras têm um grande poder por conta do efeito da oficialização da nomeação pública à vista de todos, sendo os meios de comunicação uma forma de legitimação performativa capaz de efetivar o fato enunciado a partir de uma enunciação. É através dessa manifestação, a oficialização, que o grupo ignorado se torna visível para os outros grupos e para ele próprio, atestando sua existência como grupo conhecido e reconhecido que aspira à institucionalização. Ao reivindicarem uma linguagem “politicamente correta”, as minorias ao mesmo tempo se afirmam enquanto grupos identitários que buscam ser legitimados e reforçam a importância de travar as lutas simbólicas para fazer parte do processo de construção de sentidos quanto à realidade social, através de representações da realidade (BOURDIEU, 2012). Desse modo, analisando-o enquanto movimento, pode-se dizer que o “politicamente correto” une indivíduos em busca de reconhecimento.

Os conflitos políticos ligados às demandas identitárias são abordados por Nancy Fraser em “Da redistribuição ao reconhecimento?”, que observa como, no final do século XX, a dominação cultural estava tomando o lugar da exploração como injustiça fundamental. A autora propõe examinar tais conflitos em relação aos que têm o interesse de classe como o principal meio de se mobilizar politicamente, dividindo os dois tipos de conflitos políticos entre lutas por reconhecimento e lutas por redistribuição: enquanto o primeiro tipo corresponde às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade, o segundo defende a redistribuição socioeconômica como solução para a injustiça e objetivo da luta política. Ao examinar a relação entre as duas lutas, Fraser afirma que a justiça atual

exige tanto redistribuição quanto reconhecimento, e busca desenvolver formas de conceituar reconhecimento cultural e igualdade social de modo que se sustentem um ao outro em vez de se aniquilarem, pois muitas das suas concepções são concorrentes.

Primeiro a autora distingue duas maneiras genéricas de compreender a injustiça. A injustiça econômica tem suas raízes na estrutura econômico-política da sociedade, como nos exemplos:

“a exploração (ser expropriado do fruto do próprio trabalho em benefício de outros); a marginalização econômica (ser obrigado a um a um trabalho indesejável e mal pago, como também não ter acesso a trabalho remunerados; e a privação (não ter acesso a um padrão de vida material adequado)” (FRASER, 2006, p. 232).

Já a injustiça cultural ou simbólica, que está mais relacionada ao “politicamente correto”, tem suas raízes nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, servindo de exemplos dela:

“a dominação cultural (ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultural, alheios e/ou hostis à sua própria); o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas pela própria cultural); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana)” (FRASER, 2006, p. 232).

Por mais que ambas as concepções de injustiça se entrelacem, Fraser prossegue com sua distinção analítica acrescentando que, se o remédio para a injustiça econômica consiste em uma reestruturação político-econômica, definida pelo termo genérico “redistribuição”, o remédio para a injustiça cultural, em contraste, seria alguma espécie de mudança cultural ou simbólica, ligada à ideia de “reconhecimento”. O problema surge quando as reivindicações das lutas por reconhecimento e das lutas por redistribuição são feitas simultaneamente, gerando interferências mútuas por possuírem objetivos contraditórios: o reconhecimento tende a promover a diferenciação do grupo, ao chamar atenção para a sua especificidade e assim afirmar seu valor, enquanto a redistribuição busca, com frequência, promover a *desdiferenciação* do grupo, abolindo os arranjos econômicos que embasam sua especificidade, como é o caso das feministas que lutam contra a divisão do trabalho segundo o gênero.

Para tornar mais claro o dilema da redistribuição-reconhecimento e demonstrar como ele atua principalmente sobre as pessoas sujeitas às injustiças cultural e econômica, que necessitam ao mesmo tempo de reconhecimento e redistribuição, é

proposto um espectro conceitual. Em uma das extremidades do espectro se encontram as coletividades que se aproximam do tipo ideal da classe trabalhadora explorada, e, na outra, coletividades que se aproximam do tipo ideal da sexualidade desprezada. No primeiro caso, as injustiças distributivas precisam de remédios redistributivos para acabar com a ideia de grupo; já no segundo caso, no qual são encaradas injustiças de discriminação negativa, são necessários remédios de reconhecimento para valorizar o “sentido do grupo”, considerando sua especificidade. No entanto, quando se afasta das extremidades do espectro conceitual e se chega à sua zona intermediária, são encontradas as coletividades “bivalentes”, que possuem características tanto da classe trabalhadora explorada quanto da sexualidade desprezada. Gênero e “raça” constituem coletividades desse tipo, que sofrem pela má distribuição socioeconômica assim como pela desconsideração cultural.

Essa forma de compreender a existência de coletividades que abarcam as dimensões econômicas e as dimensões cultural-valorativas aponta para o fato de que o “politicamente correto”, localizado no que Fraser chama de “novo imaginário político centrado nas noções de ‘identidade’, ‘diferença’, ‘dominação cultural’ e ‘reconhecimento’” (FRASER, 2006, p. 231), consiste em um remédio para a injustiça cultural que atua de modo afirmativo: o movimento se associa a uma forma de multiculturalismo que propõe compensar o desrespeito por meio da revalorização das identidades grupais desvalorizadas, porém não interfere nos conteúdos dessas identidades e nem nas diferenciações grupais subjacentes a elas.

Assim, o “politicamente correto” acaba por reforçar a diferença entre os grupos desprivilegiados e os que são vistos por estes como privilegiados, em vez de unir esforços para desestabilizar as identidades e diferenciações grupais existentes, o que transformaria o sentido do “eu” de todos os membros da sociedade. Esse aspecto fica visível no exemplo de discussão utilizado anteriormente, quando se argumenta que a discordância em relação ao “politicamente correto”, vinda do indivíduo identificado como “*omicis* branco”, deve-se ao fato de ele não pertencer a um grupo social minoritário e não se sentir oprimido por determinadas expressões.

Talvez um dos marcos mais recentes e marcantes do debate acerca do “politicamente correto” esteja na vitória de Donald Trump para o cargo de presidente dos Estados Unidos. Ainda durante a campanha, era possível encontrar textos que se referiam ao movimento em uma tentativa de explicar a crescente popularidade do

empresário, como no artigo “Donald Trump e o fascismo à americana”, do jornalista estadunidense Chris Hedges para o site de notícias Truthdig, traduzido e publicado pelo portal brasileiro Outras Palavras no dia 7 de março de 2016. O texto, escrito meses antes das eleições americanas, põe a culpa da popularidade do candidato republicano entre os brancos da classe trabalhadora nas “elites com formação superior”, tanto do partido democrata quanto do republicano, que teriam alimentado o fascismo americano por meio da imposição de políticas neoliberais e do “politicamente correto”. Isto teria gerado a antipatia dos trabalhadores, que reagiram com ódio:

“Esses norte-americanos desejam um tipo particular de liberdade – a liberdade de odiar. Desejam a liberdade de usar palavras como ‘preto’ (nigger), “judeu” (kike), spic [usada como ofensa contra pessoas de ascendência latino-americana], chink [ofensivo a chineses], raghead, ou ‘cabeça de turbante’ [contra árabes], ‘fag’ [pessoa inconveniente, usado contra gays]” (HEDGES, 2017).

Para o jornalista, Hilary Clinton simbolizaria a hipocrisia das elites que “entregam os pobres e a classe trabalhadora ao poder corporativo”, e por conta disso os que não possuem voz no *establishment* político teriam descoberto nas promessas de renovação de Trump um senso de empoderamento. Em uma comparação com o fascismo, Hedges argumenta que o debate racional foi substituído pela experiência sensorial e que a única forma de evitar a eleição de Trump seria construir movimentos que declarassem guerra ao poder das corporações, investissem em atos de desobediência civil e buscassem reintegrar os desprotegidos na vida política e econômica do país.

Em “Como guerra ao politicamente correto ajuda a explicar ascensão de Trump”, publicado em novembro de 2016, o repórter da BBC Brasil, João Fellet, sintetiza análises já feitas por outros jornalistas americanos sobre o aumento da popularidade de Donald Trump e sua relação com o “politicamente correto”. Uma das análises é de Philip Bump, que afirma: “‘Politicamente correto’ hoje é em grande medida um sinônimo para ‘o modo como a esquerda age’”, pelo fato de a expressão abarcar posicionamentos como a defesa do casamento gay, da igualdade de gêneros e de ações afirmativas em prol de minorias raciais. Segundo a publicação *Chronicles Magazine*, de um instituto conservador americano, o “pensamento politicamente correto cala ou torna objeto de ódio e deboche todos que se recusam a seguir seus códigos”, para exercer um controle social que “torne impossível a pessoas comuns manifestar suas queixas publicamente de uma maneira aceitável, de modo que suas objeções possam ser

facilmente rejeitadas como expressões de ignorantes preconceituosos”. Já o jornalista Conor Friedersdorf, na revista *The Atlantic*, considera que algumas práticas politicamente corretas ajudam a impedir que pessoas inocentes sofram injustiças, enquanto outras são “etiquetas arbitrárias que pessoas formadas em faculdades concorridas usam para se sentir superiores a outras”.

Inúmeras análises da situação política americana continuaram sendo feitas, principalmente após a vitória de Trump nas eleições para presidente dos EUA, no dia 8 de novembro. Uma delas, publicada em formato de vídeo no YouTube dois dias depois do resultado, se chamava “President Trump: How & Why...” e já contava com pelo menos 7 milhões de visualizações no dia 12 de novembro, de acordo com o *Huffington Post UK* (YORK, 2017). No vídeo, o jornalista fictício Jonathan Pie, interpretado pelo comediante britânico Tom Walker, famoso por produzir sátiras políticas, culpa a esquerda pela eleição de Trump e pela saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit. O argumento apresentado é o de que “a esquerda não debate mais” desde que venceu as guerras culturais, e que nem todos os eleitores do Trump são machistas ou racistas, mas muitos votaram nele porque viam no candidato republicano a possibilidade de mudança que não viam na Hilary Clinton, “uma candidata que vem bajulando bancos e grandes corporações há anos”. Na visão dele, o debate político tem sido prejudicado pelas atitudes de uma esquerda que tenta impedir a direita de articular suas opiniões e, em vez de dialogar, insulta, rotula ou expõe os seus oponentes: “Ficar ofendido não funciona mais, espalhar insultos não funciona mais. A única coisa que funciona é incomodar, e tudo o que você tem que fazer é entrar num debate, conversar com pessoas que pensam diferente de você e persuadi-las com argumentos”.

Ainda em março de 2016, a repórter Cláudia Trevisan, correspondente em Washington do Estado de S. Paulo, escreveu em “Revolta com ‘politicamente correto’ é igualmente apoio e fardo para Trump” sobre a contradição entre um levantamento realizado pelo Partido Republicano em 2012, no qual os partidários concluíram que precisavam se tornar mais abertos e inclusivos para disputar com os democratas, e a candidatura de Trump em 2016. Uma das fontes da jornalista é a professora de História do Boston College, Heather Richardson, que interpretou o sucesso do candidato como resultado de sua habilidade em dizer o que as pessoas querem ouvir, disseminando o ódio. A reportagem foi concluída com a observação da professora de que a vitória de Trump ainda era improvável, pois a maioria dos americanos não votava mais no Partido

Republicano. Mas como visto nas outras matérias, foi o discurso contrário ao “politicamente correto”, uma prática ligada às políticas identitárias, que venceu o Partido Democrata: segundo Fellet, da BBC, uma das frases mais repetidas por Donald Trump foi “o grande problema deste país é ser politicamente correto”.

Além da sugestão de que os setores da atual esquerda devem se empenhar mais nos debates, o que essas análises têm em comum é a ênfase dada à “luta por reconhecimento”, que Nancy Fraser bem definiu como a forma paradigmática de conflito do século XX. Porém, se na década de 1990 o “politicamente correto” ganhava força em meio às guerras culturais, hoje é necessário rever seus aspectos problemáticos para compreender as razões pelas quais, em casos como a eleição de um símbolo “politicamente *incorreto*” para a presidência, tais lutas por reconhecimento tem sido perdidas.

REFERÊNCIAS

- BERNSTEIN, R. **IDEAS & TRENDS; The Rising Hegemony of the Politically Correct**, Nova York, 28 out. 1990. The New York Times, Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1990/10/28/weekinreview/ideas-trends-the-rising-hegemony-of-the-politically-correct.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 22 mai. 2016.
- BORGES, L. **A busca do inencontrável: uma missão politicamente (in)correta**. Cadernos de estudos lingüísticos, Campinas, n.31, 1996. p. 109-125.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CABRAL, N. L. S. C. **Discurso, interdição e liberdade de expressão: o politicamente correto e suas articulações com a comunicação social**. In: 9º Interprogramas de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero, 2013, São Paulo. Anais completos do 9º Interprogramas de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2013. p. 1-12.
- FELLET, João. **Como guerra ao politicamente correto ajuda a explicar ascensão de Trump**. BBC Brasil. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37931279>>. Acesso em: 9 abr 2017.
- FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, 2006, p. 231-239.
- HEDGES, C. **Donald Trump e o fascismo à americana**. Outras Palavras. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/donald-trump-e-o-fascismo-a-americana/>>. Acesso em: 19 jan 2017.
- KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico**. Tradução de Luciana S. Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (Série Língua[gem] 39).
- KANEYASU, B. K. **O que há em um nome?** Revista Café Colombo, Recife, Pernambuco, p. 8-12, 07 out. 2014.
- LIMA, Luiza Ribeiro de. **“Politicamente Correto”: Uma Análise da Abordagem Midiática do Termo**. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 17., 2015, UnP – Natal – RN. *Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-0038-1.pdf>>. Acesso em: 9 abr 2017.
- TREVISAN, Cláudia. **Revolta com ‘politicamente correto’ é igualmente apoio e fardo para Trump**. Estadão. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,revolta-com-politicamente-correto-e-igualmente-apoio-e-fardo-para-trump,1840160>>. Acesso em: 9 abr 2017.
- WEINMANN, A. O.; CULAU, F. V. **Notas sobre o politicamente correto**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 14, n. 2. Rio de Janeiro, 2014. p. 628-645. Disponível em: . Acesso em: 11 dez. 2014.
- YORK, C. **Jonathan Pie Blames The Left For Trump, Tories And Brexit. Huffington Post UK**. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.co.uk/entry/jonathon-pie_uk_5825cb47e4b09ac74c52316b>. Acesso em: 19 jan 2017.